

**Italianos para o Rio Grande do Sul: um novo conceito de família**

Milton Cleber Pereira Amador\*

**Resumo:** O trabalho propõe-se a analisar o novo conceito de família estabelecido no Rio Grande do Sul a partir da imigração italiana. A nova relação de produção e mudanças no plano social com a presença da família. Aborda-se a situação na Itália no final do século XIX. As razões para que ocorresse a imigração para o Brasil e especificamente para o Rio Grande do Sul. As dificuldades para chegarem ao local de destino, desde a partida. O papel do Estado e agentes de colonização. A diferença da colonização que irá ocorrer no Rio Grande do Sul com o restante do país, principalmente tendo a família como a célula do processo produtivo. O porquê da região serrana, ser reservada para os imigrantes italianos. As famílias aumentam e a falta de terra provocou um suceder constante de imigração para outros espaços.

**Palavras-chave:** imigração – família – colono.

**Abstract:** The purpose of this work is to analyze a new concept of family established in Rio Grande do Sul from Italian immigration. A new relationship in social plan with the family presence. The research discusses about the situation in Italy in the final of XIX century. The reasons to occur the immigration to Brazil mainly to Rio Grande do Sul. The difficulties to them arrive at the local, since the departure. The presence of Union and agents of colonization. The differences of colonization would occur in Rio Grande do Sul with the rest of the country, mainly with the family as a cell of productive process. The mountain region to be reserved is the proposal of Italian immigrants. The families increased and the lack of earth provoked a constant immigration to other spaces.

**Key-words:** immigration – family – colony.

A colonização, primeiramente a alemã, depois a italiana e posteriormente a polonesa provocaram na sociedade brasileira um foto revolucionário sob todos os aspectos, principalmente ao latifúndio, a monocultura, e a escravidão. Trouxe mudanças profundas criando um novo conceito de família até então existente no país. De Boni e Costa (1984, p. 84), destacam que

*perdida na solidão da floresta, a família era entregue a si mesma, e adquiria, para poder sobreviver, elevado grau de auto-suficiência, o qual favoreceu, em parte, o surgimento de um grande artesanato regional. Alguns autores, ao tratarem da formação do Brasil, afirmam que esta deveu-se, fundamentalmente, à família; enganam-se, porém, pois confundem a casa grande com a família, esquecendo os milhões de escravos, aos quais a lei não reconhecia o direito de casar-se e que, quando muito, eram tratados pelos mesmos interesses que orientam os proprietários no planejamento de reprodução de seus rebanhos. Poucas nações*

---

\* Professor da Universidade do Contestado – UnC, mestre em Educação e doutorando em História pela UNISINOS.

*modernas tiveram laços familiares insignificantes como os do Brasil colonial e imperial, à base dos quais, quando existentes, encontram-se a prepotência do marido e a resignação da esposa. A família de tantas referências religioso-jurídicas de nossos estudiosos, faltava então a base sócio-econômica que a colonização possibilitaria.*

Penso que estas idéias de Luis A. de Boni e Rovílio Costa sintetizam um pouco a história da imigração italiana para o Brasil e principalmente para o Rio Grande do Sul, estabelecendo um novo conceito de família, que tratarei com mais especificidade neste artigo.

A imigração italiana não mudará somente o perfil econômico do Estado, mas principalmente trará mudanças nas relações sociais. Essas relações estarão combinadas com a produção econômica vinculada fundamentalmente a ocupação da terra e sua produção. A relação de produção com a família será o fator novo nesse processo. Como tratam alguns autores, como Antonio Candido e Gilberto Freire; as famílias antes da colonização possuíam apenas semelhanças na aparência durante o Brasil colônia, pois a grande maioria da população era escrava não podendo construir laços familiares. A família do senhor era constituída com o objetivo de manter as relações sociais de dominação e reproduzir uma sociedade patriarcal.

Mariza Corrêa, citada por Sheila de Castro Faria (1997, p. 255), em artigo publicado em 1982, contraria a tese de Candido e Freire, afirmando em síntese que. “Se a família patriarcal dominava, em termos ideais, outras formas de organização familiar estavam presentes e não poderiam ser desconsideradas”. Ou seja, a autora procura identificar outras possibilidades de organização familiar, e não apenas o conceito tradicional de família que predominava durante o período do Brasil colonial.

A colonização italiana para o Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul, nos trará outra perspectiva de família. Não será mais a família do senhor de engenho e de fazenda e nem a de escravos ou de uma parte da sociedade que viviam em concubinato. Como os italianos que migravam viviam na Europa numa relação um pouco mais próxima de igualdade entre homens, mulheres e filhos, a colonização trará esta nova possibilidade de família, não havendo, portanto, mudança só no plano econômico, mas, também uma nova relação social surgirá a partir da família. Diz Engels (1984, p. 124): “A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema”.

Foi a partir de 1875 que começou o grande êxodo de colonos da Itália para o Brasil, devido à expulsão de suas terras encontravam-se em profunda miséria sem mais terem condições de buscar o mínimo necessário para a subsistência da família.

A Europa começou a sofrer profundas modificações no mundo do trabalho, após o advento do capitalismo industrial, no século XVIII. Zuleika Maria Forcione Alvin (2000, p. 385), assim destaca este momento: “A passagem do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi à época em que isso aconteceu”.

No campo irão ocorrer mudanças na base social, provocadas principalmente pela privatização da propriedade rural. Conforme destaca Hobsbawm (1982, p. 203). “A desarticulação do artesanato doméstico, em razão do crescimento da indústria, a privatização de terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação modificaram por inteiro a vida no campo”. Do ponto de vista político, a unificação da Itália não mudou a situação de miserabilidade do camponês, muito antes pelo contrário, a necessidade de reestruturação do país levou as autoridades estabelecerem cobranças de impostos ainda maiores, provocando mais pobreza ao camponês que perdiam suas terras por falta de pagamento de impostos.

A emancipação do camponês em relação à tutela senhorial, levou-o a certo distanciamento da terra, pois teriam de adquiri-la em compra ou arrendamento. Assim passaram a não terem mais condições de permanecer no campo, muitos indo para as cidades em busca de trabalho. Alguns encontravam pequenos a fazeres de biscate, sendo que a remuneração não daria para sustentar uma pessoa, ficando a família num quadro de miserabilidade total.

Fatores como estes começaram a provocar um processo gradativo de imigração dessas pessoas, em busca de condições de sobrevivência, visto que cada vez mais aumentava o número de desempregados na cidade, devido ao processo de desocupação dos trabalhadores no campo e a exploração que ocorria nas fabricas. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 45), destaca ainda que

*a grande emigração europeia durante o século XIX foi, principalmente, consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo. O campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes, foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre a produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano.*

Desta forma, o que podemos constatar, é que a emigração ocorrida no mundo europeu será fruto da desarticulação da sociedade camponesa surgida após o advento do mundo industrializado. Thales de Azevedo (1975, p. 47) acrescenta que “o extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de

pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas”.

Assim, poderemos constatar que muitos fatores influenciaram a emigração européia, particularmente a italiana para o Brasil. Esta, portanto não foi fruto de uma ação espontânea, mas a conjugação de vários fatores ligados principalmente a interesses econômicos de uma nova ordem social que se estabelecia com a Revolução Industrial e o surgimento da burguesia como nova classe social que buscava de todas as maneiras enriquecer.

O início da viagem do imigrante também é marcado por um longo processo de sofrimento. Tomada primeiramente pela decisão de abandonar sua terra natal, talvez num eterno exílio, deixando familiares e uma relação social construída ao longo da vida. O abandono da aldeia deixa para traz parentes próximos e é a primeira decisão traumática a ser enfrentada. Reunir os poucos pertences que possui e levar junto significa algo muito mais que material e sim lembrança de um passado que muito distante ficou.

Outro grande desafio dos imigrantes italianos após a chegada nas colônias gaúchas seria enfrentar todas as dificuldades oriundas de uma região coberta por matas virgens e isolada de tudo e de todos pelas dificuldades de comunicação. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 34) afirma que os colonos foram levados a estes locais por que. “Efetivamente, a colonização estrangeira dirigia-se às regiões de matas e subidas de serra, locais desinteressantes para o grupo pecuarista dominante”. Este fato é comprovado se verificarmos o processo histórico de ocupação do Estado riograndense, que teve na estância de gado sua principal atividade econômica, marcando desta forma a ocupação das melhores terras para a pecuária extensiva. Sobraram assim, as regiões montanhosas e de pouco interesse econômico para a época.

No Rio Grande do Sul a colonização era para as regiões agrícolas. Compreende-se porque a maioria dos imigrantes vinha do norte da Itália, pois foi esta região uma das mais atingidas pela crise econômica, principalmente após a unificação. Como eram trazidos para a região colonial da serra gaúcha, esta foi demarcada para receber os novos moradores, conforme esclarece De Boni e Costa (1984, p. 80), “a colônia foi dividida em travessões ou linhas, que, por sua vez, dividiam-se em lotes rurais”.

Fator de destaque na história da imigração brasileira é o papel do Estado enquanto agente político do processo. Algumas versões aparecem nos relatórios da época. Por exemplo, durante o Império era desejo dos liberais incentivar povoamento no Sul do Brasil com objetivo de garantir a posse dessas regiões devido ao problema de fronteira com os países

vizinhos do prata. Também esses mesmo liberais defendiam a entrada de imigrantes pobres para a região sudeste com propósito de substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Alguns autores entre eles Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 384), defende que

*o embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários.*

No Rio Grande do Sul, vai ocorrer um modelo de colonização diferente do centro do país, primeiro como destacam De Boni e Costa (1984, p. 81). “A região da colonização italiana do Rio Grande do Sul, ao contrário da quase totalidade dos grandes centros de imigração italiana do mundo, compunha-se principalmente de famílias”. Enquanto em São Paulo se pensava uma colonização apenas para substituir a mão-de-obra escrava, sem o colono ter a posse da terra. Afirmam ainda que:

*Mais de 85% dos homens adultos eram, pois, casados e haviam partido com seus familiares, o que caracteriza a colonização gaúcha como obra de família, e não de indivíduos isolados. Isto não deixou de ter grandes reflexos psicológicos, facilitando ao indivíduo os primeiros tempos na colônia, por não sentir-se isolado. Sob este aspecto, pode-se dizer que os colonos do Rio Grande do Sul foram privilegiados, em comparação com seus compatriotas dispersos pelo mundo.*

Assim, o que se dará no Rio Grande do Sul, é uma colonização com distribuição de terras a famílias de colonos. Desta forma, irão fazer brotar da terra uma possibilidade concreta de construir o sonho da riqueza, que trouxeram da Europa. Embora Mario Maestri (1996, p. 62), ateste que não “Houve enriquecimento significativo dos colonos. Eles trabalhavam, sobretudo para manter-se. Quando os filhos cresciam, novas propriedades eram abertas, se houvesse terra”. A riqueza que houve deu-se muito mais pela acumulação do capital comercial do imigrante.

O que se percebe é que o fenômeno da imigração promove um fato revolucionário no Brasil. De Boni e Costa (1984, p. 83) atestam que “sua célula de produção era a família – compreendendo esta os pais e os filhos – e não mais a grande unidade do engenho, da fazenda ou da estância”. A colonização traz para cá, pessoas com outra concepção social e de trabalho, isto determina mudanças de comportamento cultural, político e econômico ao longo do processo histórico, onde se estabeleceram as colônias e mesmo trabalhadores em centros urbanos. Dilse Piccin Cortese (2002) destaca que foi um movimento de reforma agrária e que este modelo foi capaz de entregar terras para milhares de camponeses europeus.

No Rio Grande do Sul, toda a região de vale dos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí, da Serra e parte do Planalto Norte, terá um perfil econômico diferente do restante do Estado. O mesmo até então era ocupado por fazendas e grandes estâncias voltadas a criação bovina e ovina em grandes extensões de terras. A formação cultural do homem desta região, era completamente diferente do colono, pois este tinha adquirido sua propriedade de forma muito diferente do imigrante, que comprou uma pequena colônia pagando com o trabalho de toda a família. Vânia Herédia & Loraine Giron (2005, p. 23) acrescentam que

*um novo mundo e uma nova cultura se instalam nas terras antes dominadas pelos gaúchos, os “monarcas das coxilhas”. As fazendas na expansão da colonização são ocupadas pelos pequenos agricultores. Estes e suas famílias colorem de forma diferente os vales e as montanhas.*

O recomeçar uma nova vida não foi fácil, tudo era desafio. A limpeza do terreno para construir sua primeira habitação será o início e, marcava a referencia para o novo lar, e criava as bases para a economia familiar. O trabalho era de sol a sol, tinham que ter persistência na tarefa. Muitas desistências ocorreram, outros foram para as cidades e houve até mesmo, inúmeros casos de quem voltou ao seu país de origem.

A aquisição da colônia e todos os apetrechos iniciais, necessários para começar o trabalho eram financiados pelo governo, isto até 1880. Após houve restrições a subsídios de passagens e a outros tipos de auxílios. Mesmo assim continuaram tendo algum tipo de ajuda, pois é de imaginar que os imigrantes chegavam ao Brasil com muito pouco utensílios agrícolas e domésticos. A maioria era muito pobre sem as mínimas condições de garantir a sua própria subsistência. “Poucos eram os que traziam algumas economias, algum capital da Itália” (AZEVEDO, 1975, p. 145).

Após, instalado na colônia, o imigrante começa o processo de utilização da terra. Devido à necessidade de produzir inicialmente para a subsistência, irá plantar de tudo um pouco em pequenas quantidades. Mário Maestri (2005, p.86) diz que “criavam galinhas, porcos e muitos filhos, que aumentavam a força de trabalho familiar. Almejava-se a auto-subsistência, ou seja, produzir tudo que fosse necessário ao grupo familiar”. Esta relação de pequena propriedade aliada com força de trabalho familiar dará um novo perfil à ocupação da terra, ou seja, criava-se uma atividade agrícola voltada a policultura.

Desta forma, irá se configurando nas colônias italianos o novo modelo de desenvolvimento econômico de pequena propriedade familiar e diversidade de produção. Para Mário Maestri (1996, p. 206), o “projeto colonizador – forneceu terra a dezenas de milhares de famílias de trabalhadores rurais e de camponeses minifundiários europeus”. Esta ocupação

rapidamente se estenderá por toda a região da serra e o planalto norte do Estado do Rio grande do Sul, expandindo-se no início do século XX, para o Estado vizinho de Santa Catarina. Neste sentido, terá absoluto sucesso o projeto de imigração das autoridades brasileiras, pois o objetivo eram esses elementos, de origem européia ocuparem as terras devolutas, impróprias para o grande latifúndio. Conforme Dilse Piccin Corteze (2002, p. 113).

*o sucesso macroeconômico e macrossocial do movimento migratório, inicialmente com colonos alemães, mais tarde italianos, é evidente. Entre as razões desse sucesso encontram-se, certamente seu planejamento e desenvolvimento relativamente harmônicos e satisfatórios, considerando-se as condições da época, os recursos e, sobretudo, os objetivos das autoridades estatais e das elites da época.*

Devido à cultura familiar de viverem em pequenas propriedades na Itália, não foi difícil aos colonos adaptarem-se no Brasil ao projeto de produzirem em diminutas colônias de terras, se comparadas aos grandes latifúndios existentes na época. A isto, pode-se atribuir em parte o sucesso do modelo colonial. A nova ordem socioeconômica garante ao Estado suportar com mais segurança os períodos de crise enfrentados principalmente pela economia do latifúndio pecuarista. Zuleika Maria Forcione Alvin (2000, p. 394), destaca outros fatores da nova atividade econômica.

*A paisagem sulina ganhou uma perspectiva muito diferente do restante do país, onde predominava a grande propriedade. O que se via era um suceder de pequenos lotes onde o milho e o trigo, cereais básicos na dieta italiana, dominavam ao lado de verduras de toda a espécie. No Rio Grande do Sul também os italianos se voltaram muito cedo para o cultivo da uva, transformando esse estado no maior produtor nacional do vinho até hoje.*

Esta mesma atividade familiar em pequena propriedade é que levará este colono a buscar constantemente novas terras em outros espaços. A produção capitalista não integra o filho do imigrante ao sistema produtivo urbano. Como as famílias dos colonos tornavam-se muito numerosas e a colônia era pensada apenas para atender uma família, esta não suportaria a segunda geração, levando muitos dos filhos a buscarem outras terras.

Assim, num suceder constante de migração foi que os descendentes de imigrantes fizeram novas ocupações de espaços vazios até mesmo em, outros Estados. Levam sempre a idéia de que a agricultura em pequena propriedade é uma atividade familiar. Isto possibilitou novos modelos de desenvolvimento econômico no país. Embora, esta sendo um dos principais carros chefes da economia brasileira a agricultura familiar, herdada do imigrante que constituiu sua base econômica numa relação entre a pequena colônia de terra e sua família, este sofre profundo processo de exclusão social fruto de um modelo concentrador e

excludente. Assim, para que se estanque o processo de exclusão um outro modelo precisa ser pensado. Um modelo que inclua os milhares de deserdados da terra que vivem em baixo de lonas e, em acampamentos nas beiras de estradas como viviam as primeiras famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil.

### Referências:

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). *In.*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in america: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. ilustr. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Brasiliense. 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.
- FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. *In.*: CARDOSO, Ciro Flamarion, RONALDO, Vainfas (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- GIRON, Loraine Slomp HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Rovílio Costa: homem, obra e acervo**. Porto Alegre: Suliani Editografia, 2005.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital. 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.
- \_\_\_\_\_. **História e literatura: O quatrilho**. Belo Horizonte: Práxis, 1996.
- MANFROI, Olívio. **A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.